



Gabinete do Vereador Edjailson da Caru Forró

PROJETO DE LEI °

/2020

EMENTA: Dispõe sobre a proibição de cobrança de estacionamento a condutores idosos e deficientes, no âmbito de Caruaru-PE, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica proibido à cobrança de estacionamento para condutores idosos e deficientes nas vagas oferecidas nos estacionamentos públicos ou privados localizados no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

§ 1º - Entendam-se estacionamentos públicos, os espaços oferecidos pelas repartições públicas municipais, e estacionamentos privados os espaços oferecidos por estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, Galerias e Shoppings.

Art. 2º - O número de vagas continuará sendo de 5% (Cinco Por Cento) das vagas oferecidas pelos respectivos estabelecimentos, de acordo com o que está determinado no Manual de Sinalização Urbana de Estacionamento e Paradas, Resoluções 302 e 3030, amparadas pela Lei nº 10741/2003 do Estatuto dos Idosos.

§ 2º: Para obtenção da respectiva isenção, basta os idosos ou deficientes se dirigirem ao balcão de cobrança, munido de Registro de Identidade e Ticket, solicitando um carimbo de Isenção.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de

Pernambuco de 10 de agosto de 2020.

**Vereador Edjailson da Caru Forró – PSDB
- Autor**

Gabinete do Vereador Edjailson da Caru Forró

JUSTIFICATIVA

Com a Pandemia da Covid-19, houve um crescimento no índice de desemprego no país, os idosos e deficientes foram os mais fragilizados por esse crescimento do desemprego, seus mínimos salários tiveram que arcar com despesas a mais de suas famílias, mesmo o com a existência do Auxílio Emergencial, esse por sua vez leva no mínimo 30 dias para que o beneficiado o receba. Além disso, os idosos gastam metade da renda com remédios e plano de saúde. Segundo estudo feito pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade Doctum, há situações que os custo de saúde chegam a ter uma participação de 57% no orçamento familiar.

Dessa forma estaremos atendendo o que determina a Lei nº 10741/2003 do Estatuto do idoso, no seu Art. 3º :

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Entendemos que o direito a alimentação foi de certa maneira fragilizado, contrariando que está estabelecida, no artigo em epígrafe, assim nossa propositura tem por finalidade corrigir esse problema.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de

Pernambuco de 10 de agosto de 2020.

Vereador Edjailson da Caru Forró – PSDB

- Autor